



EDUCAÇÃO E SUSTENTABILIDADE: UM ESTUDO SOBRE AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS NOS DIZERES DE ASSENTADOS DO MST, EM VIAMÃO-RS

**CADERNOS DE
ESTUDOS
SOCIAIS**

v.35, n.1, 2020

e-ISSN: 2595-4091

Autor 1:

Josiel da Rosa Moura

Filiação: Pontifícia

Universidade Católica do

Rio Grande do Sul - PUC-RS

Autor 2:

Miúcha Severo Gonçalves

Filiação: Centro Universitário

Cenecista -RS

RESUMO

Este trabalho busca captar como as práticas de sustentabilidade repercutem nas representações sociais dos assentados do Assentamento Filhos de Sepé, na cidade de Viamão-RS. A metodologia utilizada para a investigação fundou-se nos princípios da pesquisa etnográfica, através da observação e entrevistas semi-estruturada. O fluxo de dados, pautado nas representações sociais, nos estudos de Magnani (1997), indicou a conquista da terra, o trabalho como forma de vida sustentável e a educação em movimento, como as três categorias de análise de maior significação. Ficou evidenciado que as noções de sustentabilidade fundamentam-se na memória de lutas no espaço coletivo, desenhando o indivíduo forjando histórias e enunciando a trama para a conquista da terra. Nesse contexto, a educação fundamentada nos princípios desse processo histórico e com base nas vivências, de forma reflexiva e crítica, passa a ser essencial.

**Trabalho submetido em
07/04/2018 e aprovado em
21/05/2019.**

DOI: 10.33148/CES2595-4091
v.35n..120201824

PALAVRAS-CHAVE

Representações sociais; Educação e sustentabilidade; MST.

EDUCATION AND SUSTAINABILITY: A STUDY OF THE SOCIAL REPRESENTATIONS IN THE DICTUMS OF MST SETTLERS , IN VIAMÃO -RS

ABSTRACT

The present paper aims at understanding how sustainability practices reflect on the social representations of the settlers who live at the Assentamento Filhos do Sepé (Filhos do Sepé Settlement), in the city of Viamão, state of Rio Grande do Sul, Brazil. The methodology used for the research was based on the principles of ethnographic research, through observation and semi-structured interviews. The data, based on the social representations of Magnani's (1997) studies, indicated the acquisition of land, work as a sustainable way of life and education about movements, as the three categories of analysis of greater significance. The notions of sustainability are based on the memory of struggles in the collective space, portraying the individual as forging stories and enunciating the scheme for the acquisition of the land. In this context, education, based on the principles of this historical process and on the experiences, in a reflexive and critical manner, becomes essential.

KEYWORDS: Social Representations; Education and Sustainability; MST.

EDUCACIÓN Y SOSTENIBILIDAD: UN ESTUDIO SOBRE LAS REPRESENTACIONES SOCIALES EN LOS DICTAS DE ASENTADOS DEL MST, EN VIAMÃO-RS

RESUMEN

Este trabajo busca captar cómo las prácticas de sostenibilidad repercuten en las representaciones sociales de los asentados del Asentamiento Hijos de Sepé, en la ciudad de Viamão-RS. La metodología utilizada para la investigación se fundó en los principios de la investigación etnográfica, a través de la observación y entrevistas semiestructuradas. El flujo de datos, pautado en las representaciones sociales, en los estudios de Magnani (1997), indicó la conquista de la tierra, el trabajo como forma de vida sostenible y la educación en movimiento, como las tres categorías de análisis de mayor significado. Se puso de manifiesto que las nociones de sostenibilidad se fundamentan en la memoria de luchas en el espacio colectivo, dibujando al individuo forjando historias y enunciando la trama para la conquista de la tierra. En este contexto, la educación fundamentada en los principios de este proceso histórico y con base en las vivencias, de forma reflexiva y crítica, pasa a ser esencial.

PALABRAS CLAVE: Representaciones Sociales; Educación y Sostenibilidad; MST.

Para citar este artigo: MOURA, Josiel da Rosa; Gonçalves, Miúcha Severo. Educação e Sustentabilidade: um estudo sobre as representações sociais nos dizeres de assentados do MST, em Viamão-RS., *Cadernos de Estudos Sociais*, v. 35, n. 1, [in press], jan./jun., 2020.

DOI:10.33148/CES2595-4091v.35n.120201824

Disponível em: <http://periodicos.fundaj.gov.br/index.php/CAD>.

Acesso em: dia mês, ano. [v. em edição].



Esta obra está licenciada com uma Licença [Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/), sendo permitido que outros distribuam, remixem, adaptem e criem a partir deste trabalho, desde que seja dado ao autor o devido crédito pela criação original e reconhecida a publicação nesta revista.

1 PRIMEIROS MOVIMENTOS

O conceito de sustentabilidade passa a ser gestado a partir dos graves problemas causados pela intensa produção e pela iminência da destruição planetária após o período de guerras. Surgem, principalmente, nos Estados Unidos e na Europa os primeiros movimentos ecológicos, na década de 60, em um contexto de vários outros movimentos sociais, protagonizados por minorias como mulheres e negros (LOUREIRO, 2012). Os debates referentes aos impactos ambientais ampliaram-se, principalmente devido ao desenvolvimento tecnológico e científico.

Os movimentos ecologistas levaram a Organização das Nações Unidas (ONU) a promover uma Conferência sobre o Meio Ambiente, em Estocolmo, em 1972. Desse encontro emergem diferentes perspectivas, entre elas, as do neo-malthusianismo, os quais acreditavam que: mantidos os níveis de industrialização, poluição, produção de alimentos e exploração dos recursos naturais, a duração desse mundo chegaria aproximadamente em 100 anos. Sachs (2000), em 1973, indica novos caminhos para o desenvolvimento sustentável, ressaltando a importância da conservação da natureza e a diminuição dos gastos excessivos com a mesma. Em 1987 a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento criada pela ONU lança o relatório Brundtland, com objetivo de promover o desenvolvimento socioeconômico equilibrado ou ecodesenvolvimento. Desse documento resultou o conceito de sustentabilidade, definido como “o desenvolvimento que satisfaz as necessidades presentes sem comprometer a capacidade das gerações futuras de suprirem suas próprias necessidades” (CMMAD, 1991, p. 7). Esse conceito de desenvolvimento sustentável surge no intuito de agradar diferentes setores, tais como ecologistas e, principalmente, o empresarial, pois visa à adoção de práticas consideradas sustentáveis sem, no entanto, inferir nas relações de consumo e desperdício. Esta concepção situa-se numa perspectiva conservadora, uma vez que não abarcam as mudanças significativas do modelo societário.

Loureiro (2012) aponta que o conceito de sustentabilidade é instigante, complexo e desafiador, pois abre múltiplas possibilidades de desdobramento do termo, assim como possibilita um leque de relações, já que vem das Ciências Biológicas e enraíza-se na política e na economia, permite diferentes formas e empregos da nomenclatura. Loureiro (2012) indica

que “só há sustentabilidade com dignidade de vida para todos, ou esta vira um discurso vazio fundado na desigualdade e na destruição” (LOUREIRO, 2012, p. 48).

Para Santos e Silva (2017, p. 72) a sustentabilidade é entendida como ideal sistemático buscando conjugar a preservação do ecossistema e desenvolvimento socioeconômico. Para os autores as ações para a sustentabilidade podem estar presentes nas mais simples atitudes diárias de um sujeito até às mais complexas e significativas que devem ser realizadas por grandes empresas. Esta concepção indica uma cisão entre homem e natureza, muito comum no discurso liberal, a qual responsabiliza os sujeitos pelos problemas, bem como conduz à concepção de que cada um deve fazer sua parte, como se isso bastasse para superar as graves contradições existentes entre o discurso e a prática ambientalmente consciente¹.

Já Oliveira e Milioli, (2013, p. 161) compreendem que a construção e materialização da sustentabilidade ambiental implicam necessariamente o “enfretamento a desafios paradigmáticos e epistemológicos com mudanças [reais] de atitudes visando à sociedade” como um todo, devendo ser considerados os seus aspectos e relações sociais, econômicas, políticas, culturais, ambientais, “inter-relacionada a todas as dimensões humanas com base ecológica e sustentada por projeto democrático com justiça ambiental”.

Para Vieira (2019) o desenvolvimento sustentável não ocorre prontamente por iniciativa dos indivíduos, mas por uma combinação entre beneficiários e políticas públicas.

O desenvolvimento sustentável não ocorre espontaneamente por si só. Precisa de uma combinação de fatores favoráveis, participação dos beneficiários e monitoramento e orientação das agências de governança do setor público a fim de materializá-lo e consolidá-lo. Portanto, além das dimensões sociais, econômicas e ambientais, é importante considerar também as dimensões de governança que dão suporte ao desenvolvimento sustentável e que incluem as perspectivas políticas, institucionais e de gestão da sustentabilidade. (VIEIRA, 2019, p.49)

O conceito de sustentabilidade transita no campo ideológico promovendo ações utilitaristas e conservadoras, responsabilizando e corrompendo o sujeito a pensar que “cada um deve fazer sua parte”, incentivando ações substanciais principalmente relacionadas à reciclagem, ao invés de pensar primeiro a reutilização e a redução do consumo, servindo como “mecanismos de promoção de um capitalismo que busca se afirmar como verde e

¹ Nosso entendimento consiste que mesmo consciente o indivíduo com relação a responsabilidade ambiental, a mudança significativa passa pelos meios de produção, ou seja, na maneira como produzimos e consumimos.

universal em seu processo de reprodução, ignorando-se, assim, seus limites e paradoxos na viabilização de uma sociedade sustentável” (LOREIRO, 2006, p.70).

A noção de sustentabilidade passa a se constituir em um campo cambiante, poroso e movediço, ou seja, possui entradas e saídas, se move para frente e para trás, transita de cima para baixo e de baixo para cima, depende de quem a usa e qual sua intenção. Nessa lógica, existem grupos com perspectivas políticas e ideológicas num extremo, convivendo com grupos exatamente no lado oposto, ambos apropriando-se do mesmo termo com intenções diferentes. Logo, fica evidenciado que há formas e possibilidades de compreender a questão da sustentabilidade.

Do ponto de vista crítico, culpar os indivíduos é algo questionável, isso porque as relações predatórias não podem ser compreendidas abstratamente, mas nas relações sociais determinadas, ou seja, nas formas de apropriação da natureza, pautadas no uso intensivo e na exploração do trabalho. Assim, não faz sentido afirmar que homens e mulheres ao transformarem a natureza são geradores dos graves problemas ambientais, mas sim, que as relações de produção determinadas levam à insustentabilidade.

Optamos por realizar esta pesquisa no assentamento do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra² (MST), visto que este movimento no Brasil vêm tendo uma longa história de debate no que se refere a dois elementos centrais para as pessoas que vivem neste ‘mundo’, o enfrentamento a uma sociabilidade pautada pelo acúmulo de capital e a construção de um modelo educacional que dialogue com suas respectivas histórias enquanto movimento social. Outra dimensão cada vez mais emergente nesse ‘mundo’ é a noção de sustentabilidade, tendo em vista que a partir do momento que passa-se a compreender a terra como um bem coletivo e não como propriedade privada; e, que a forma como se produz alimento é tão importante para as gerações futuras quanto o resultado econômico desta produção. Esta pesquisa procura compreender: como a noção de sustentabilidade atravessa estes dois importantes balizadores da sociabilidade dos Sem Terra: a produção e a educação.

Para Caldart (2000) o surgimento do MST é constituído de inúmeros fatos desencadeadores de *lutas específicas*, que apressaram a conjugação entre os fatores de pressão

² Neste artigo utilizamos o termo “Sem Terra”, com S e T maiúsculos e sem hífen para se referir aos militantes do MST, com identidade própria, que segundo Caldart (2000), constitui-se em um movimento social de massas que visa articular trabalhadores rurais e a sociedade para conquistar a Reforma Agrária no Brasil; e o termo “sem-terra”, com letras minúsculas e com hífen para se referir a uma condição de vida a ser superada.

objetiva e os sócio culturais e políticos que moveram e sustentaram as ações de resistência dos trabalhadores sem-terra, entre 1979 a 1984.

Em abril de 1984, na cidade de Cascavel, Paraná, foi realizado o primeiro encontro Nacional dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, no qual se formalizou a criação do Movimento Sem Terra (MST) (BONAMIGO, 2001, p. 104). Desde sua fundação, o MST vem convivendo com diferentes conjunturas sobre a questão agrária, essas questões colocam para os Sem Terra vários desafios a serem superados. Partindo desta compreensão é preciso situar o MST enquanto movimento social e sua plataforma de reivindicações. O MST é um movimento socioterritorial, suas bandeiras de luta se chocam com o direito capitalista da propriedade privada dos meios de produção e com os aspectos da ideologia liberal, pois as relações sociais capitalistas não se realizam apenas no plano da produção, mas nas relações sociais que as sustentam.

O MST com sua plataforma de lutas³ enfrenta, entre outras coisas: *o direito à propriedade*, ocupação de terras, de moradias, empresas que representam o agronegócio, instituições governamentais; *igualdade formal*, a luta dos camponeses é realizada pelas crianças (semterrinhas), jovens, mulheres e homens, em igualdade de condições; *direito à liberdade, ir e vir*, todos podem, mediante suas capacidades, investir e degradar o meio ambiente, o MST questiona essa liberdade e o individualismo em favor da coletividade.

O MST nasce dentro da conjuntura de outros Movimentos Sociais, mas é herdeiro da luta dos trabalhadores, ou seja, dos velhos Movimentos Sociais que assumem uma relevância maior na década de 70 e 80 no final do século XX. É neste sentido que situamos o MST enquanto Movimento Social, agente de transformação política com um projeto comum de sociedade, portador de sujeitos coletivos, com identidade própria – Sem Terra. Isso o constitui como espaço de educação permanente de seus integrantes, na ótica dos trabalhadores.

³ Durante a tessitura desse trabalho presenciamos a luta pela reforma agrária, através do tencionamento do Estado, de ações pacíficas, ocupações, marchas pelos centros de cidades, canções, manifestações contra o uso de agrotóxicos e sementes transgênicas, contra os pedágios, etc. Essas ações encarnam um sentido não só político, mas cultural que a representação do MST passa a ter perante a sociedade, fazendo reencarnar o problema da questão agrária e também as bandeiras de luta de diferentes atores sociais.

2 MOVIMENTOS METODOLÓGICOS

Ao percebemos uma amplitude conceitual no que tange a noção de sustentabilidade, buscamos a compreensão dessa categoria dentro do Movimento Sem Terra, a partir da compreensão êmica⁴ dos seus sujeitos. A fim de compreender como os trabalhadores do Assentamento Filhos de Sepé representam a noção de sustentabilidade, adotamos como referência o conceito de representação social de Magnani (1997), que é tomada usualmente, como:

Uma espécie de imagem mental da realidade. Os ingredientes dessa imagem seriam, em primeiro lugar, as experiências individuais decorrentes da realidade social em que o ator está imerso, realidade que se apresenta sob forma de círculos concêntricos família, a rede de vizinhança, o bairro, categoria profissional, partido, classe social, etc. O segundo elemento é a particular combinatória - sintática e semântica - que junta esses pedaços, responsável, entre outras coisas, por todos aqueles erros de concordância e regência, cacofonias, pleonasmos e anacolutos que conferem sabor e 'autenticidade' aos depoimentos. (MAGNAN, 1997, p.128)

Para realização desta pesquisa, utilizamos a descrição densa⁵, a qual se caracteriza na forma como se descreve o estudo levando em conta, até mesmo, os pequenos fatos que cercam a vida social, procurando significados e significações, buscando explicar e interpretar expressões sociais que são “enigmáticas na sua superfície” (GEERTZ, 2008, p.4).

Fazer descrição densa é:

[...] tentar ler (no sentido de construir uma leitura de) um manuscrito estranho, desbotado, cheio de elipses, incoerências, emendas suspeitas e comentários tendenciosos, escrito não com os sinais convencionais do som, mas com exemplos transitórios de comportamento modelado. (GEERTZ, 2008, p.7)

A citação acima indica como o antropólogo, ao fazer etnografia procura se comportar em termos de captar o emergente, bem como estabelecer relações, principalmente quando se

⁴ O padrão Êmico se propõe a analisar o fato antropológico, seja étnico, grupal, individual ou fenomenológico, a partir de uma visão propriamente factual. Como o termo êmico significa interno, sugere a procura pela verdade como ela é entendida pelo agente promotor do fato, ou experimentador. Isto é, as pessoas que vivenciam aquela cultura.

⁵ Inspirado em Ryle, Geertz (2008, p. 5) aponta que a descrição densa compreende a de um piscar de olhos na qual se executa duas ações — contrair a pálpebra e piscar — enquanto o que tem um tique nervoso apenas executou uma — contraiu a pálpebra. Contrair as pálpebras de propósito, quando existe um código público no qual agir assim significa um sinal conspiratório, é piscar. É tudo que há a respeito: uma partícula de comportamento, um sinal de cultura e — voilà! — um gesto.

fala daqueles que ele se propõe estudar. “O que procuramos, no sentido mais amplo do termo, que compreende muito mais do que simplesmente falar, é conversar com eles [...]” (GEERTZ, 2008, p.10). O antropólogo então deve ter essa habilidade especial, de se deslocar, abandonar seu lugar de falante para ouvinte. Abrir espaço para o outro.

Apontamos que a presente pesquisa é de inspiração etnográfica. A etnografia foi realizada no assentamento Filhos de Sepé, na cidade de Viamão. Esse assentamento possui área total de 9450 ha, sendo o maior assentamento de Reforma Agrária do Estado, com 376 famílias oriundas dos Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná. As famílias que residem no assentamento são originárias de 115 municípios do Estado do Rio Grande do Sul e trouxeram consigo inúmeras experiências de cultivo, por isso, no assentamento, há uma grande diversidade de produção, tal como: feijão, milho, arroz, criação de gado, plantas frutíferas, hortaliças, mel e artesanato.

O assentamento está localizado na Área de Proteção Ambiental (APA) do Banhado dos Pachecos. Por estar localizado numa APA possui algumas restrições quanto à utilização de produtos químicos, adotando como estratégia de superação do paradigma convencional a agroecologia em sua produção e na sua relação com o meio.

Realizamos vinte e três visitas entre maio e setembro de 2018. As observações foram registradas em diários de campo. As anotações possibilitaram descrever características, falas, expressões, ações, atitudes etc., relacionadas com questões que circundam o problema de pesquisa. Nessa etapa também foram selecionados os informantes.

Durante a pesquisa fomos autorizados por nossos interlocutores a fazer gravações de voz e imagens, anotações em caderno de campo, todas autorizadas para divulgação posterior, desde que informado com antecedência. Quanto aos diálogos e questionários optamos por trabalhar com a proposta de entrevista semi-estruturada, deixando-os à vontade em relação a suas falas, mas sempre perguntando quando algo não parecia muito objetivo. Foram realizadas 11 entrevistas, com diferentes informantes. A escolha dos informantes deu-se a partir das práticas sociais realizadas dentro do assentamento, tentando alcançar maior representatividade. Assim, foram selecionados 2 professores, 3 técnicos, 2 lideranças e 4 assentados (um de cada setor –A-B-C-D). As entrevistas foram gravadas com equipamento de áudio MP3, posteriormente transcritas.

Obedecendo à resolução nº466/2012 do Conselho Nacional de Saúde, os entrevistados nessa pesquisa não serão identificados, resguardando sua identidade, segundo os preceitos

éticos após assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), garantindo anonimato e segurança aos participantes. Para a utilização das falas os informantes serão identificados com nomes fictícios, preservando sua identidade.

Ao contrário desse recorte, no texto do trabalho de conclusão, falou-se em primeira pessoa, por estar mais próxima do fazer etnográfico. Os dados, nesse trabalho, apresentar-se-ão com suas crenças, costumes e questões relacionadas a ética dentro do contexto social do assentamento, permeada pelas histórias de luta do Movimento Sem Terra⁶ e sua diversidade cultural.

3 O TRABALHO COMO FORMA DE VIDA SUSTENTÁVEL

Uma das dimensões mais destacadas pelos assentados, no que tange às práticas de sustentabilidade, relaciona-se com as formas de produção. Isso porque há um envolvimento muito grande entre famílias camponesas em produzir formas de renda sem, no entanto, reproduzir as relações destrutivas do modo de produção capitalista.

Assim, há entre os entrevistados uma concepção de produção diversificada, além de outras formas de geração de renda:

Hoje eu trabalho com queijo, tiro leite, eu e o meu marido. E tem as plantas básicas: aipim, batata, melancia, tem arvoredos, tem pomar, e agora nós estamos mais no gado, criando vaca pra tirar leite, agora eu estou com duas, sempre de duas a três. (SEM TERRA -MARIA)

Uma atividade muito valorizada entre os assentados é a produção de ervas medicinais, as quais são produzidas nos lotes de moradia e comercializadas em algumas feiras, mas seu foco principal é a saúde da família camponesa.

No coletivo de mulheres, aqui, a gente faz tintura, pomada, mas isso é só o básico pra nós aqui, não tem nada que sai daqui, é só uma prevenção. Por exemplo: faz uma tintura lá de garupa, pra que serve o garupa? Garupa é uma erva medicinal que é bom pra gripe. Então quando esta chegando perto do inverno a gente faz as tinturas e dá para o pessoal se imunizando antes do inverno. (SEM TERRA - ANTONIA)

⁶ Essas lutas e guerras, no enfrentamento constante contra a apropriação das terras e hoje contra o capitalismo, é parte da memória que nos ajuda a compreender o processo de formação do MST. É neste sentido que Caldart (2000, p. 72) destaca que “cada sem-terra de hoje carrega em si (ainda que não saiba disso) a herança rebelde de Sepé Tiaraju, de Zumbi dos Palmares, dos camponeses que lutaram em Canudos, Trombas e Formoso, Contestado, nas Ligas Camponesas”. São cinco séculos de conflitos no campo que formam os sem terra.

A produção de erva medicinal está muito presente entre os Sem Terra, principalmente por conta de suas raízes culturais (indígena, negro e imigrante). O coletivo de mulheres, denominado Mulheres da Terra, reúne-se para trocar experiências sobre complementação da renda familiar, além da preparação de remédios homeopáticos, os quais são distribuídos para todo assentamento, conforme aponta o recorte a seguir:

As experiências dos agricultores familiares, como nós aqui, de uma organização social, política, têm sujeitos distintos, que vêm de origens distintas, têm aqui descendentes de italiano, alemão, têm pessoas que tem origem indígena, várias outras culturas somadas num mesmo espaço, há muito conhecimento, é diversificado, não sei te explicar, mas cada um pode contribuir com algumas coisa, com aquilo que fez antes de vim pra cá. Se eu não sei uma coisa, outra pessoa sabe, sabe como lidar com o animal, com uma doença, com uma praga na produção e assim nós vamos trocando. (SEM TERRA - SERGIO)

O coletivo de mulheres é muito ativo nas questões relacionadas com a saúde, com o cuidado das famílias e outras formas de geração de renda, enquanto que os homens trabalham na lavoura. Parece estabelecer-se uma divisão interna nas relações de trabalho no assentamento, em que as mulheres dedicam-se a ações mais ligadas aos lotes de moradia:

A produção de arroz orgânico hoje é feita basicamente por homens, há pouca participação de mulheres e crianças, na juventude também há pouca participação. (SEM TERRA - LUCAS)

Os lotes de moradia são organizados para que as famílias possam consolidar práticas de produção de subsistência, com produção de pequenas hortas, criação de animais, etc. formando-se, assim, o coletivo de feiras. As feiras agroecológicas envolvem aproximadamente 15 famílias de agricultores que organizam todo o processo, desde a produção até a comercialização direta com o consumidor.

Também há assentados que exercem atividades fora do assentamento, principalmente na área de serviços, como as atividades de pedreiro, pintor, vendedor, trabalhador do comércio local etc. Assim, a agricultura familiar no assentamento Filhos de Sepé, também vem sofrendo com as consequências da pluriatividade no campo, o que se evidencia também nas falas que seguem:

A gente vai fazendo essas coisas paralelas, faz um bico aqui, um bico ali. Eu às vezes consigo uns bicos de pedreiro e também faço pintura. Tem gente aqui que é vendedor e uns são empregados. Mas, o foco dentro do assentamento é o leite pra mim, pra minha família. (SEM TERRA - RODRIGO)

Cada um tem sua realidade, uns trabalham aqui outros trabalham lá, mas todo mundo na mesma luta né. (SEM TERRA - ANTONIA)

As atividades paralelas são corriqueiras, por outro lado, às vezes, são as únicas formas de renda das famílias. Fica evidente que os problemas para consolidar a geração de renda dos assentados favorecem a pluriatividade (SAKAMOTO, *et al.*, 2016, p. 564), ao fato da produção agrícola ocupar menos tempo do trabalho dos pequenos agricultores, por não conseguirem subsistir dessa cultura, principalmente por causa do "desmonte" das unidades produtivas, também pelo fato de o assentamento estar muito próximo à região metropolitana, onde a indústria e o comércio são atrativos. No interior do grupo de assentados este problema também é debatido:

Haviam pessoas que estavam afastadas e que estavam utilizando o assentamento como dormitório, porque trabalhavam na cidade e vinham aqui no assentamento pra ficar com a família só à noite e no outro dia iam de novo cedinho. (SEM TERRA - LUCIANO)

O cultivo de arroz se apresenta como a principal atividade do assentamento, devido às potencialidades de produção (disponibilidade de água em abundância e da extensa área de várzea). As famílias assentadas possuem assessoria técnica realizada pela Cooperativa de Prestação de Serviços Técnicos LTDA (COPTec) a qual exerce um papel fundamental nos processos de capacitação, orientação, sistematização e troca de experiências. De modo geral, os camponeses que trabalham no cultivo de arroz orgânico demonstram que esta atividade lhes proporciona um auto-reconhecimento:

O assentado que está envolto à organização do arroz é uma pessoa feliz, a produção do arroz dá essa felicidade quando o produtor vê uma produção viabilizada pelo esforço do produtor, esforço da equipe técnica, que não dá para desmerecer, por suposto tem um papel fundamental, e também pela organização. As pessoas que trabalham no arroz, a gente sente uma satisfação em elas poderem olhar para sua lavoura e ver o cultivo estabelecido, agora que já está florescendo, já há algumas lavouras em tempo de colheita é uma alegria muito grande, uma satisfação. (SEM TERRA - CARLOS)

A experiência na produção de arroz vai se contrastando com as relações do passado em que a grande maioria dos camponeses trabalhava em terras que não lhes pertenciam, apenas vendiam sua força de trabalho, não se reconhecendo nem nos produtos que produziam, nem no trabalho que exerciam. Nos modos de produção capitalistas, o auto-estranhamento passa a influir diretamente na natureza, pois provoca um não reconhecimento do homem com suas atividades sociais.

O trabalho estranhado é a síntese de um estranhamento genérico que penetra em todas as esferas da sociabilidade humana, pois a totalidade da apropriação do trabalho é uma realidade efetiva ancorada na falta de equilíbrio histórico entre produção, apropriação e redistribuição dos produtos

da atividade do trabalhador. Confirma-se, nesse caso, a realidade do estranhamento do trabalhador do produto de seu trabalho como algo alheio a ele, que se lhe defronta como um poder hostil. (RANIEIRI, 2014, p.3)

No contexto pesquisado, o trabalho produtivo, autogestionário, imprime uma relação de valor de uso, pois possibilita aos assentados a aquisição de conhecimento pelo trabalho, resultando no estabelecimento do trabalho concreto. A produção do assentamento baliza-se na relação reflexão/ação, conforme transcrição que segue:

Nós temos que fazer com que essa restrição sirva de motivação para que a gente pense novas tecnologias. Então, por que a gente não pode pensar no cultivo de pomar ecológico? Tentar pensar no controle de plantas daninhas de outra forma, ou inseticidas naturais? Por que a gente não pode pensar em tecnologias novas? E no assentamento a gente produz tecnologias novas. Hoje o que a gente tem para a produção do arroz é justamente uma tecnologia nova, o arroz pré-germinado se consolidou na agricultura orgânica e, hoje, é referência a nível nacional a produção que nós temos aqui. (SEM TERRA -LUIZ)

A concepção de produção desenvolvida no assentamento tem como fundamento também demonstrar para a sociedade que é possível produzir de outra forma, diversa do modelo hegemônico de produção. Com base nessa experiência de produção, os assentados passam a representar o processo de trabalho integrado às questões de preservação ao meio ambiente, em que cada assentado passa a ter responsabilidade pelo contexto:

Cada assentado tem o comprometimento em contribuir, em dar a sua cota para a preservação. Nesse contexto, a produção orgânica se encaixa, porque existe um processo e um sistema de manejo que permite, com técnicas de manejo do solo, técnicas de manejo de irrigação, que não são predatórias. É diferente da convencional, eu mesmo levei certo tempo para me adaptar a essa nova forma, mas hoje eu vejo que isso é bom. (SEM TERRA - RODRIGO)

O MST, desde o fim da década de 90, vem incorporando em seu discurso e em sua bandeira de luta campanhas por uma agricultura equilibrada social e ambientalmente, promovendo a sustentabilidade. Como estratégia, também vem adotando como princípio de produção, em diversos assentamentos por todos os estados do Brasil, a agroecologia.

A agroecologia se fundamenta em uma base epistemológica distinta dos princípios da tradicional ciência ocidental. O paradigma agrônomo tradicional considera o desenvolvimento da agricultura e dos agricultores a partir da difusão de tecnologias cientificamente validadas. O paradigma agroecológico procura entender as bases ecológicas que fundamentam os sistemas agrícolas tradicionais para, a partir daí, desenvolver uma agricultura moderna mais sustentável. (NODARI; GUERRA, 2015, p.194)

Por meio dessa concepção produtiva, que é muito mais que simples gestão de recursos naturais, os assentados redefinem um novo modo de vida rural, conjugando valores de qualidade de vida, democracia participativa, geração de renda, economia popular em um mesmo processo através dos coletivos da terra⁷. A partir desse movimento de transição do modelo convencional para a agroecologia é que o MST e os Filhos de Sepé vêm propondo alternativas para artificialização no campo, diminuindo os problemas causados pela agricultura ao meio ambiente. A agroecologia é menos dependente de insumos, é mais eficiente energeticamente, usa menos capital e é mais ambientalmente sustentável (NODARI; GUERRA, 2015, p.195). Além de utilizar menos recursos à agroecologia vêm revelando potencial para aumentar significativamente a produção.

A partir dessas representações do trabalho no assentamento Filhos de Sepé, percebemos que a sustentabilidade tem como eixo central a melhoria de qualidade de vida da humanidade, dentro dos limites ambientais e dos ecossistemas, para sua promoção as pessoas são sujeitos do processo e também beneficiários. Abre-se assim uma senda para ampliação da concepção de sustentabilidade, a qual deve ser política e democrática fundada na concepção dos livres trabalhadores associados.

Tal proposta vai ao encontro da concepção de sustentabilidade de Mézáros (2007, p. 190), a qual propõe que os trabalhadores devem:

Estar no controle dos processos sociais, econômicos e culturais vitais, pelos quais os seres humanos não apenas sobrevivem, mas também encontram realização, de acordo com os desígnios que estabeleceram para si mesmo, ao invés de ficarem à mercê das forças naturais imprevisíveis e forças econômicas quase naturais.

Isto significa que o desenvolvimento sustentável só pode ser alcançado rompendo com as relações paralisantes do capital, que promove, além da crise ambiental, a crise social através da pobreza. As representações indicam que a sustentabilidade é a harmonia entre os homens e mulheres e a natureza, sendo sujeitos e não objetos do processo de desenvolvimento, o qual não é um fim em si mesmo, mas um meio de conquistar a melhoria da qualidade de vida das pessoas, em especial das classes populares.

⁷ Os coletivos são diferentes grupos criados no Assentamento para organizar ações entre os beneficiários, entre eles: coletivo de mulheres da terra, coletivo de jovens, coletivo de feiras, coletivo dos produtores, coletivo dos assentados por assentamento A,B,C,D, coletivo dos recursos hídricos, associações etc.

4 EDUCAÇÃO EM MOVIMENTO

Ficou evidenciado durante as entrevistas que a educação é uma necessidade para os assentados consolidarem a produção sustentável, por isso, desenvolvem diferentes atividades que vão compondo os jovens e os adultos do campo, entres as quais destacam-se processos formais e informais. Na escola, cursos, seminários e encontros do MST ocorrem como momentos formais; os informais compreendem atividades culturais, de lazer e do trabalho, conforme destacam os informantes:

Nos encontros têm oficinas com palestras de outros assentamentos e pessoas de fora. Ali que acontecem um processo de conscientização, servem para trabalhar melhor, cuidar dos animais e respeitar a natureza. (SEM TERRA - LUCIANO)

Atualmente, uma das grandes preocupações das lideranças é a de integrar os jovens assentados ao Movimento e lhes oferecer uma formação integrada à vida no campo. Tais preocupações são causadas pela busca de oportunidades de trabalho fora do assentamento e pelo fato, deste, estar muito próximo à região metropolitana, tendo contato com a vanguarda tecnológica urbana.

Lá na cidade tem vários pontos pra ti ir e trabalhar e tu escolhe se tu quer ir para um ou se quer ir para o outro, vai da cabeça de cada um. Aqui tu quer uma coisa mais diferente tu vai ter que ir fora, aí tu vai ter que sair, vai ter que pegar um ônibus, vai depender do ônibus, e se tiver chovendo eu já não vou, aí eu já fico aqui dentro mesmo. (SEM TERRA - LUCIANA)

Os discursos demonstram que os motivos pelos quais os jovens anseiam por sair do campo se voltam para melhoria nas condições de vida, novos trabalhos e lazer. Porque na maioria das vezes, a cidade é apresentada como lugar de sucesso e espaço cultural cercado por atrativos tecnológicos, oportunidades e felicidade, em contraponto, a vida do campo, a qual é apresentada como um lugar em que a vida é monótona e de cultura atrasada.

A educação escolar dentro do assentamento tem importância no que tange aos processos de alfabetização e escolarização, visto que os assentados demonstram um histórico de exclusão. Num segundo plano, as ações pedagógicas desenvolvidas pela escola têm como função desencadear e articular as ações do MST no assentamento. Nesse sentido, os entrevistados demonstram que a escola tem um papel fundamental.

No colégio que eu estudava também incentivavam bastante nos projetos aqui do assentamento, e os professores faziam algumas palestras aqui dentro do assentamento mesmo. (SEM TERRA - LUIZ)

Apesar de haver grande participação da escola no assentamento, tanto professores como assentados apontam a dificuldade de integrar os projetos do assentamento e os temas de luta da terra no ensino. Tais problemas são relacionados pela falta de professores do assentamento e porque o ensino é descontextualizado com a realidade.

É um desafio ainda, vincular esse debate como um tema transversal, um tema que atravessa todas as áreas praticamente, mas ainda é um grande desafio para a área da educação, para a gente trabalhar nas formações, mesmo que esses assuntos sejam trabalhados pelo movimento nos debates é um desafio como fazer formação. (SEM TERRA - PAULO)

Um dos entraves para a consolidação das escolas ligadas ao MST e aos trabalhadores sem-terra ocorre na própria organização da escola, situada no bojo da sociedade capitalista, no contexto de disputas, tensões e contradições, próprias dessa sociedade – na correlação de forças. Isso porque as ações do MST não se limitam apenas a conquistas de direitos na sociedade capitalista, configuram formas de angariar forças para a construção de um novo projeto societário, histórico-socialista.

A Escola Itinerante⁸ do MST nasceu da necessidade de atender crianças, jovens e adultos dos acampamentos e assentamentos do MST, com proposta pedagógica específica e organizada para cada etapa de desenvolvimento. O fechamento dessas instituições representou uma perda muito significativa para o projeto educandário do MST, pois a educação institucionalizada passou a ser ofertada pelo Estado e pelos municípios, com professores de fora dos assentamentos. A interferência do poder público na escola do movimento através de seus currículos, professores de “fora” e de forma diferenciada de se utilizar a linguagem, parece afetar no planejamento e no desenvolvimento dos projetos da escola para o assentamento, conforme relato:

As práticas educativas são realizadas no assentamento, nós professores, a gente visualiza possibilidades de trabalho, só que nós não trabalhamos sozinhos, nós somos entre cinco e a grande maioria não é do assentamento. (SEM TERRA - PAULO)

⁸ A partir dessa base legal, destacam-se as experiências das escolas Itinerantes do Movimento Sem Terra, no Brasil e no Rio Grande do Sul. As escolas Itinerantes nasceram no Rio Grande do Sul em 1996, via pressão do MST. Em 2009 as referidas escolas foram fechadas por meio do TAC (Termo de Ajustamento de Conduta) entre governo estadual e Ministério Público.

As práticas educacionais no interior da escola não podem ser generalizadas, uma vez que nelas ainda resistem alguns sujeitos ligados ao MST e ao assentamento. Estes nos lembram da importância do vínculo orgânico entre assentamento-professor-escola:

Pelo fato de ter participado dessa luta, conhecer o assentamento e viver aqui, ajuda como professor, então muitas coisas que parecem óbvias, mas que as crianças não sabem, não conhecem essa história, não conhecem o que era isso aqui antes, o que era cultivado aqui, o modo de produção que era utilizado aqui, que é o mesmo modo que se utiliza logo ali, no fim da várzea do assentamento, na fazenda bem ao lado. O fato de ter essa vivência aqui dentro, possibilita que a gente possa trabalhar com mais segurança com as próprias crianças. E possibilitando que eles possam conhecer. (SEM TERRA - CRISTIANO)

No relato do professor Cristiano fica claro que o vínculo dos educadores com o movimento social influi diretamente na forma e no conteúdo da pedagogia. Uma formação que a escola e a universidade não conseguem reproduzir, talvez porque o conhecimento popular não possa ser reproduzido nos espaços acadêmicos.

Já que a escola pública não dá conta das necessidades da formação dos assentados, o MST vem buscando, através de suas instituições, preparar os jovens para enfrentar os desafios e o fardo do seu tempo histórico, formando sujeitos capazes de produzir de forma alternativa e vinculados às lutas do movimento, produzindo e respeitando as relações com a natureza, mostrando que é possível uma nova forma de existência material.

O meu menino, ele faz curso de técnicas agropecuárias com ênfase em agroecologia, então hoje há vários desses cursos tanto de nível médio, onde o curso além de ser voltado para a agropecuária é focado na agroecologia, no sentido de aprimorar as técnicas, como fazer o manuseio da pastagem, como cuidar dos animais desde o manuseio da alimentação, tem toda uma visão mais integral tanto da agricultura como da pecuária, não só vendo lá o produto final, mas vendo todo o processo, não só vendo a doença do animal, mas vendo toda a parte de alimentação, de água, de minerais em que a própria natureza pode estar oferecendo isso. (SEM TERRA - SERGIO)

Neste relato é possível perceber que os participantes da pesquisa, como representantes do MST vêm se preocupando com um novo tipo de sujeito, que encarna as novas lutas sociais deste século, capaz de pensar a produção de forma integral. A formação dos jovens traz o discurso das demandas do desenvolvimento sustentável da conjuntura política e econômica da década de 90. No entanto, como sinaliza Loureiro (2012, p. 68) o debate sobre sustentabilidade é hegemonicamente marcado por processos de alianças entre setores sociais, econômicos, políticos e ecológicos. Os problemas ambientais e sociais são reduzidos a

problemas técnicos e gerenciais. A resolução destes resulta de simples estratégias e procedimentos metodológicos. Os professores do MST buscam na realidade do assentamento contribuições para suas práticas pedagógicas, fornecendo elementos às aprendizagens.

Então eles foram conhecer as hortas orgânicas que tem lá no setor C, então foram lá tiraram foto, registraram, fizeram os trabalhos e apresentaram para os demais que não foram na escola, então eu faço seminário, mostro as fotos, eles explicam o que viram o que não viram, como que é, como que não é. Então é um trabalho que a gente conhece como que é e possibilita que a escola se integre e conheça. (SEM TERRA - CRISTIANO)

Tanto o trabalho da equipe técnica quanto dos professores vem contribuindo para a formação crítica dos educandos do assentamento e da comunidade. Fica claro que a partir de uma pedagogia crítica integrada à forma de produção vão se desconstruindo alguns “nós”, de tal modo, que muitas pessoas passam a querer conhecer a realidade do assentamento e as atividades que ali se desenvolvem, fazendo dos processos educativos uma necessidade para MST divulgar e efetivar seu projeto.

O conhecimento as pessoas foram tendo com o pessoal daqui, através de troca de experiência. Eles foram percebendo que nós não éramos aquilo que a televisão e o jornal falava, eles viram que nós somos iguais a eles e que só queríamos trabalhar. (SEM TERRA - MARIA)

As pessoas querem sempre conhecer, as pessoas têm muita curiosidade em saber o que a gente faz aqui. Mas antigamente havia muito preconceito do povo de fora, com o povo daqui, agora tem grupos que vem fazer estudos, de universidade, dos colégios e passam a saber que nós desenvolvemos coisas boas, comida saudável. (SEM TERRA - LUCIA)

Todos esses relatos demonstram que as práticas educativas a partir das noções de sustentabilidade ocupam a escola como um campo de disputa entre aqueles educadores que, intencionalmente ou devido ao processo de acomodação, legitimam a opressão, a desigualdade, o preconceito, a destruição ambiental e a sociedade cindida em classes sociais, e aqueles educadores que desejam a transformação das relações sociais. Os dados foram desvelando que as iniciativas educacionais do MST têm se constituído a partir de uma educação crítico transformadora. A educação – ato político – é pensada não como salvação, mas como contribuição para os alunos pensarem criticamente que existem outras formas de trabalhar, de interagir com o natural e, portanto, outra cultura.

O desafio para a consolidação de uma cidadania substantiva e direta (que) reside na capacidade de publicizar as instituições formais, de estabelecer práticas democráticas cotidianas, de promover uma escola capaz de levar o aluno a refletir criticamente sobre seu ambiente de vida e de consolidar uma ‘cultura de cidadania’, nos planos local, regional ou internacional, articulada

aos processos de transformação sistêmica (LOUREIRO, 2006, p. 75).

Estas práticas educativas vêm se consolidando a partir do trabalho desenvolvido dentro do assentamento, contribuindo para os jovens assentados e estudantes da comunidade perceberem que a crise na relação sociedade-natureza não ocorre de forma linear, simplesmente pela irresponsabilidade de uns e de outros; mas, sim que ela é gerada por relações “interconexas” e que sua superação não depende da vontade individual, e, emerge das vontades coletivas e de crítica às relações de produção.

Nas palavras de Loureiro (2006, p. 24):

As causas da degradação ambiental e da crise na relação sociedade-natureza não emergem apenas de fatores conjunturais ou do instinto perverso da humanidade, e as consequências de tal degradação não são consequências apenas do uso indevido dos recursos naturais; mas sim de um conjunto de variáveis interconexas, derivadas das categorias: capitalismo/modernidade/industrialismo/urbanização/tecnocracia. Logo, a desejada sociedade sustentável supõe a crítica às relações sociais e de produção, tanto quanto ao valor conferido à dimensão da natureza.

Os entrevistados entendem que a educação é fundamental para a transformação da sociedade atual e o ensino nas escolas da comunidade, apesar de seus limites, conjuga a dimensão política, que vai aos poucos desvelando relações de poder desiguais. Então, o papel da educação no assentamento e para os assentados é:

E hoje nas escolas e nos eventos no assentamento, a gente está mostrando que, com práticas alternativas, com produção orgânica, com beneficiamento dessa produção, com entrega direta e tal, você está conseguindo ter uma mesma renda de trabalhos urbanos. Então hoje a juventude já começa a ver que as atividades do campo, as atividades agroindustriais, atividade de produção de horta, produção animal, são também produções alternativas de vida, não é só as profissões urbanas. (SEM TERRA - LUCAS)

É a partir desses relatos que podemos compreender que a educação desenvolvida pelos assentados representa uma práxis, formando valores, atitudes e ações conscientes dos sujeitos. Segundo Loureiro (2006, p. 69) “há que se tentar implementar um padrão civilizacional e societário diverso do atual e que ressignifiquem as relações entre ser humano e natureza”. Pensando desta forma, há de se reconhecer que a crise socioambiental é mais do que o reconhecimento de que o modo de produção capitalista tem limites, mas é a clareza da urgência de se pensar outra forma de produção material da vida.

Por último, mas não menos importante, os assentados revelam que aprendem e ensinam através da prática e da experiência do trabalho. Além de desenvolver o processo de

identificação com o campo, as ações que vão se consolidando dentro do assentamento contribuem para a construção e a consolidação dos saberes do trabalho associado.

Eu acho que essa consciência toda sobre as questões ambientais se dá através da prática, de ver a sua realidade no entorno e inclusive na sua família, e estar se beneficiando com tudo isso aqui. Eu não sei como explicar, é porque tu vê que as coisas dão certo e aí tu fica feliz, tu vai aprendendo coisas novas todos os dias, quando tu lida com o arroz ou com os animais. (SEM TERRA - ANTONIA)

As práticas eu acho que são o carro chefe, mas se a escola trabalha isso, ajuda as crianças a conhecer isso, estuda isso, com certeza pode formar melhores produtores, inclusive despertar os jovens para a própria permanência na agricultura, porque há uma mentalidade de que dá dinheiro é comércio, é outras coisas, outras profissões, que a agricultura não dá uma boa renda. E hoje está se mostrando com práticas alternativas, com produção orgânica, com beneficiamento dessa produção, com entrega direta e tal, você está conseguindo ter uma mesma renda de trabalhos urbanos. (SEM TERRA - LUIZ)

Os saberes do trabalho associado têm sua importância dentro do quadro da crise estrutural do capitalismo na década de 80 e da reestruturação produtiva (MÉZAROS, 2007), o qual influi diretamente no mundo do trabalho provocando desemprego e a flexibilização das relações entre capital e trabalho (ANTUNES, 2018). Fazendo um movimento que se contrapõe às novas relações econômicas, proliferam-se movimentos de organizações econômicas associativas de trabalhadores/as do campo e da cidade.

A estratégia do trabalho associativo vem se ampliando principalmente nos países periféricos, onde não há um estado de bem-estar social plenamente desenvolvido, os trabalhadores desenvolvem inúmeras estratégias de garantir a sobrevivência (FISCHER & TIRIBA, 2013, p. 530). Para os trabalhadores que tiveram poucas oportunidades de educação e ao longo de suas vidas, suas experiências no campo produtivo foram relegadas a tarefas de exclusão, o trabalho associativo é um importante espaço de aprendizagens.

No modo de produção capitalista as relações entre trabalho e educação têm se constituído de forma contraditória aos interesses dos trabalhadores, uma vez que apresenta uma dicotomia entre o fazer e o saber, mundo do trabalho e mundo da cultura. Os detentores dos meios de produção são também considerados como possuidores dos saberes científicos, enquanto que aos vendedores da força de trabalho cabe apenas o saber prático. Neste contexto, a escola torna-se o espaço onde a classe trabalhadora aprende os conhecimentos necessários ao trabalho na fábrica e valores desta cultura.

O trabalho associado, no assentamento Filhos de Sepé, permite aos camponeses articular saberes da experiência anterior, desenvolvendo novos saberes para as situações do presente. Os saberes desenvolvidos pelos assentados vão se contrapondo aos projetos educativos do capital, os quais se apresentam da seguinte forma:

Como resultado provisório da luta entre capital e trabalho, podemos afirmar que, na atualidade, atravessados por mediações de primeira e de segunda ordem, convivem e se entrelaçam, pelo menos, três importantes espaços/tempos do trabalho de produzir a vida associativamente, nas quais estão presentes, ainda que contraditoriamente, elementos da produção associada e da autogestão do trabalho e da vida social. O espaço/tempo do trabalho de produzir a vida associativamente diz respeito às experiências históricas revolucionárias as quais se expressam de variadas formas, sentidos e com diferentes graus de controle dos meios de produção. (FISCHER & TIRIBA, 2013, p. 532)

A perspectiva pedagógica do trabalho associado vai contribuindo para uma concepção ampliada no que diz respeito à educação, a qual vai se balizando em processos de ação e pesquisa, tendo como referência a socialização, produção, mobilização e sistematização dos saberes. Concretizando o fortalecimento da economia das famílias camponesas, pautado na autogestão dos trabalhadores livremente associados, contribuindo para uma formação *omnilateral*, diversa da *unilateralidade*, tão comum no campo da educação de trabalhadores.

Por outro lado, quando pensamos sob o ponto de vistas dos jovens, fica evidenciado que as contradições vividas em seus processos educacionais se constitui a partir de cheques culturais, que se tornam mais agudas quando se tematiza a noção de sustentabilidade.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essa pesquisa nos permitiu vivenciar algumas práticas desenvolvidas no âmbito de um grupo de representantes dos Movimentos dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e sua luta cotidiana para garantir a terra e, acima de tudo, a busca por melhores condições de vida para suas famílias. Fica claro que na contrapartida do modo de produção capitalista. A experiência apresentada por essa pesquisa representa a concretização de um movimento contra-hegemônico ao desenvolvimento insustentável promovido pelo capital; gerador da redução da pobreza, promovendo o resgate da cultura popular dos povos tradicionais, possibilitando o acesso à educação e melhoria da qualidade de vida das pessoas.

De um modo geral, as representações dos assentados sobre a conquista da terra nos revelam o quão importantes são para o desenvolvimento sustentável, isso porque o MST tem projeto societário diverso do capital, o qual é pautado na monocultura e no latifúndio. A conquista da terra pelos Sem Terra representa melhoria nas condições de vida de uma grande parcela da população, além da produção de alimentos sem agredir a natureza. Essa luta vem inferindo no modo de produção, ganhando novos adeptos e novas formas de luta.

No que tange as representações do trabalho como forma de vida sustentável foi importante perceber que o trabalho autogerido vem produzindo saberes entre os assentados e a geração de novas tecnologias de produção. Em relação à noção de sustentabilidade, é possível constatar que os assentados representam uma concepção distinta ao formulado pelas instituições atreladas ao capital. O assentamento Filhos de Sepé trabalha não só “a conquista da terra”, mas também a construção de novas relações sociais e agricultura, tendo “o trabalho como forma de vida sustentável”.

Entre os aspectos que são desenvolvidos dessa nova relação, podemos citar “a educação em movimento”, através dos educadores e da equipe técnica os quais apresentam avanços significativos na proposta de formação de trabalhadores que incorporam a agroecologia, cujos princípios se consolidam em movimento contrário das relações de produção hegemônica e vem ao encontro da transformação das relações de produção, cujas práticas tencionam para uma agricultura mais sustentável e para a auto-gestão do trabalho cooperativado.

Para tanto, a pesquisa revela a importância de um processo educacional reflexivo e crítico, com currículo pensado e organizado, a partir dos interesses e necessidades dos assentados. Os homens, mulheres e crianças do assentamento Filhos de Sepé estão em processo de construção de um projeto sustentável e autogestionário, que de forma bastante representativa, se fizeram falar nos dados e análises desta pesquisa. Na esteira das aprendizagens obtidas percebemos que paira, entre os entrevistados, a consciência de que ainda apresenta-se uma série de limitações para se atingir a esse fim, por situarem-se no bojo da sociedade capitalista.

O que fica desse processo de investigação é que os saberes que brotam da terra ainda os impulsionam a continuar lutando. Quem sabe um dia essas experiências não sirvam de exemplo para o conjunto mais amplo da sociedade.

REFERÊNCIAS

- ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital**. São Paulo: Boitempo 2018.
- BRASIL. Conselho Nacional de Saúde. **Resolução nº 466**, de 12 de dezembro de 2012. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/2013/res0466_12_12_2012.html.
- BONAMIGO, Carlos Antônio. **O trabalho cooperativo como princípio educativo: A trajetória de uma Cooperativa de Produção Agropecuária do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra**. Dissertação (Mestrado) – FACHED, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2001.
- CALDART, Roseli Salete. **A pedagogia do Movimento Sem Terra é mais que escola**. Petrópolis: Vozes, 2000.
- _____. O MST e a formação dos sem terra: o movimento social como princípio educativo. **Estudos Avançados**, vol. 15, n43 São Paulo sept/2001. Disponível em: www.scielo.br/scielo.php?script=sci_Arttex&pid=s0103-0142001000300016
- DIEL, R. **Gerenciamento de Recursos Hídricos: um estudo de caso no assentamento Filhos de Sepé, Viamão (RS)**. Dissertação (Mestrado) – Centro de Ciências Agrárias, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2011.
- FISCHER, Maria Clara Bueno; TIRIBA, Lia. Aprender e ensinar à autogestão: espaços/tempos do trabalho de produzir a vida associativamente. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 31, n. 2, p. 527-551, maio/ago. 2013.
- GADOTTI, Moacir. **Educar para a sustentabilidade**. Inclusão Social, Brasília, v. 3, n. 1, p. 75-78, out. 2007/mar. 2008.
- GEERTZ, Clifford. **A Interpretação das Culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 2008.
- GOHN, Maria da Glória. **Movimentos Sociais e Educação**. – 5.ed. – São Paulo: Cortez, 2001.
- LOUREIRO, C. F. B. **Sustentabilidade e educação: um olhar da ecologia política**. São Paulo : Cortez, 2012.
- _____. Teoria Social e Questão Ambiental: pressupostos para uma práxis crítica em educação ambiental. In: LOUREIRO, C. B. F; LAYRARGUES, P. P.; (Org.). **Sociedade e meio ambiente: a educação ambiental em debate**. 4ª Ed. São Paulo:Cortez, 2006. p. 13- 51.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. Discurso e representação, ou de como os baloma de kirwina podem reencarnar-se nas atuais pesquisas. In: CARDOSO, Ruth. **A Aventura Antropológica**. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

MÉZÁROS, Istevám. **O desafio e o fardo do tempo histórico**. São Paulo: Boitempo, 2007.

MST. **MST Lutas e Conquistas**. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra: São Paulo, 2010.

_____. Escola Itinerante em acampamentos do MST. **Estudos Avançados**, vol. 15, n 42 São Paulo May/Aug 2001. Disponível em: [www.scielo.br/scielo.php?pid= s0103-40142001000200011&script=svi arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40142001000200011&script=svi_arttext).

NODARI, Rubens Onofre; GUERRA, Miguel Pedro. A agroecologia: estratégias de pesquisa e valores. **Estudos avançados** 29 (83), 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ea/v29n83/0103-4014-ea-29-83-00183.pdf>.

OLIVEIRA, Izes Regina; MILIOLI, Geraldo. A urbanização e os desafios conceituais do ecossistema: uma contribuição à aplicabilidade do desenvolvimento sustentável para o município de Criciúma, Santa Catarina, Brasil. **Territórios**, n. 29, 2013.

RANIERI, Jesus. **Alienação e estranhamento: a atualidade de Marx na crítica contemporânea do capital**. Conferencia Internacional La Obra de Carlos Marx y los desafíos del Siglo XXI. 2014.

SEMA/RS. **Secretaria Estadual do Meio Ambiente do Rio Grande do Sul**. Disponível em: <www.sema.rs.gov.br>. Acesso em: 29 de Setembro de 2013.

SACHS, Ignacy: **Caminhos para o Desenvolvimento Sustentável**. In: STROH, Paula Yone (Org.). Rio de Janeiro: Garamond, 2000.

SANTOS, Flávio Reis; SILVA, Adriana Maria. A importância da educação ambiental para graduandos da Universidade Estadual de Goiás: Campus Morrinhos. **INTERAÇÕES**, Campo Grande, MS, v. 18, n. 2, p. 71-85, abr./jun. 2017.

VIEIRA, Ima Célia Guimarães. Abordagens e desafios no uso de indicadores de sustentabilidade no contexto amazônico. **Cienc. Cult.** vol.71 no.1 São Paulo Jan./Mar. 2019

SAKAMOTO, Camila Strobl; NASCIMENTO, Carlos Alves; MAIA, Alexandre Gori. As Famílias Pluriativas e Não Agrícolas no Rural Brasileiro: condicionantes e diferenciais de renda. **RESR, Piracicaba-SP**, Vol. 54, Nº 03, p. 561-582, Jul/Set 2016 – Impressa em Setembro de 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/resr/v54n3/1806-9479-resr-54-03-00561.pdf>.